



Por que o Brasil cresce tão pouco?

POR **OLAVO MACHADO**

Pretendo, neste artigo, colocar a minha visão sobre o atual cenário político e econômico brasileiro, que, indica o consenso, é preocupante e desalentador. Pretendo, igualmente, projetar o futuro próximo – de curto, médio e longo prazo – em duas situações: com a manutenção das condições atuais e, neste caso, as perspectivas são dramáticas, pois indicam que iremos além do fundo do poço; e, na outra ponta, considerando proposta capaz de recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento sustentável duradouro, com crescimento econômico e desenvolvimento social. Minha proposta, que reconheço controversa, é a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva para rever e dar contemporaneidade à Carta Magna de 88 – a Constituição Cidadã, do doutor Ulysses.

Embora polêmica, é ideia que precisa ser discutida pela sociedade brasileira, por meio de um amplo processo de sensibilização, mobilização e ativação. Por absolutamente oportuna, lembro a advertência que nos fez o Doutor Ulysses em seu histórico pronunciamento, na solenidade de promulgação da Carta de 88: “A Constituição certamente não é perfeita. Ela própria o confessa ao admitir a reforma”. Tenho ouvido de muita gente o alerta de que essa é uma proposta inviável, e que, hoje, a Constituição só pode ser mudada por meio de “PECs”. Também a consideram uma ideia ousada e utópica que custará muito caro, que jamais será aprovada no Congresso e que, se passar, será sepultada no plenário do Supremo Tribunal Federal. Pode ser, admito, mas só saberemos se tentarmos fazer o que o nosso país, sufocado por uma das mais graves crises de sua história – na economia, na política e no campo da ética – nos pede que façamos. É como disse Einstein: “Se, a princípio, a ideia não é absurda, então não há esperança para ela.”

Na verdade, e mais importante, é que, com essa proposta, busco resposta para uma pergunta fundamental: por que, há muitos anos, a economia e a indústria brasileira não conseguem acompanhar o crescimento do mundo? Ao contrário do que dizem autoridades do governo federal, a crise nasceu dentro do nosso próprio país e se origina de erros e equívocos do próprio governo e de sua base. Existem, sim, impactos externos, mas são acessórios quando se considera a grandeza da nossa crise. E existem, igualmente, problemas estruturais que só serão equacionados com uma corajosa e modernizadora revisão da nossa Carta Magna.

Desde 2011, o Brasil registra taxas de crescimento do PIB inferiores à média mundial, abaixo de países que se incluem entre nossos principais parceiros comerciais e, até mesmo, de países aos quais sempre nos equiparamos. Nesse período, a taxa de crescimento média do PIB brasileiro não passou de 1,11%, enquanto a mundial foi de 3,8% – quase quatro vezes maior. O mais preocupante é constatar que, mantidas as atuais condições políticas e econômicas, tudo indica que esse cenário, além de não mudar, pode até piorar. Para 2016, até agora, todas as projeções indicam que o PIB brasileiro vai cair mais de 3%, deteriorando ainda mais os resultados medíocres de 2015 e dos anos anteriores.

Números importantes mostram que a indústria é a principal vítima desse processo: de 2011 a 2015, o PIB do Brasil cresceu 5,4% (1,1% ao ano), puxado por um aumento acumulado de 15,5% na agropecuária, 7% nos serviços e, lamentável, uma queda acumulada de 1,8% na indústria. Na verdade, a indústria brasileira vem perdendo participação no PIB desde meados da década de 80, quando chegou a 32% do PIB. Hoje, essa participação está reduzida a menos de 10%. A cada ano, a indústria

manufatureira brasileira – a indústria de transformação, que inova, desenvolve tecnologia, agrega valor e gera empregos de qualidade – registra déficit da ordem de mais de US\$ 100 bilhões na balança comercial. Em síntese, estamos entregando o nosso mercado à concorrência internacional.

Uma pergunta se impõe: quais são os principais fatores que explicam o baixo crescimento estrutural e a baixa competitividade do Brasil? Parcela expressiva desses fatores tem origem na Constituição Federal. Em muitos pontos, decisivos, a Constituição engessa as relações políticas, econômicas e sociais do nosso país. A Constituição engessa a economia e nos impede de crescer. O Brasil tornou-se um país muito caro para se produzir. A perda de competitividade da indústria brasileira é consequência de um péssimo ambiente para fazer negócios.

Hoje, o Brasil ocupa a posição 116 em um ranking de 189 países, no levantamento do Banco Mundial que mede o ambiente para a realização de negócios – na edição anterior deste ranking, o país estava na posição 111. Outros “nós”, igualmente, só serão desatados com uma abrangente modernização da Constituição – as relações trabalhistas são um exemplo emblemático. Os elevados custos de mão de obra são turbinados por uma legislação trabalhista arcaica – dos anos 40 do século passado – que impõe uma série de custos adicionais para o empregador, ao mesmo tempo em que impede a livre negociação entre empregadores e empregados. O país está subordinado a uma legislação obsoleta, que trata o trabalhador brasileiro como um pobre coitado – um incapaz, que precisa ser tutelado.

A carta tributária elevada é outro exemplo e funciona como fator limitador da capacidade de crescimento do Brasil e da competitividade de suas empresas – o Brasil é um dos poucos países no mundo com carga tributária superior a 35% do PIB. Sem compromisso com o setor produtivo, o governo aplica taxas e impostos à nossa produção, inviabilizando-a no próprio mercado interno. Esta é a realidade – e precisamos quebrar esta sinergia perversa entre todos esses fatores que inviabilizam o Brasil.

Quando alertamos para a necessidade urgente de revisar a Constituição, estamos falando, em essência, da compatibilização de receitas e despesas – na compatibilização dos gastos com a capacidade de gerar riquezas –, aqui, não existem

milagres! Nossa proposta requer mudanças profundas nos dispositivos constitucionais, com a desvinculação de gastos e estabelecimento de novos parâmetros, de acordo com prioridades indicadas pela sociedade brasileira, por meio dos constituintes que eleger. O que valia em 1988, seguramente, pode não valer 30 anos depois, em outro século.

Por meio de uma nova Constituição, a sociedade deve dizer ao Estado o que pensa sobre escolhas graves e fundamentais:

- Como deve se dar a evolução dos valores de benefícios sociais e sua eventual limitação?
- Como deve ser tratada a questão da estabilidade no emprego do funcionalismo público?
- Como deve ocorrer a revisão de isenções fiscais, o estabelecimento de mecanismos de avaliação e cobrança dos resultados de incentivos concedidos a setores econômicos e o estabelecimento de um Orçamento Base Zero?
- Como simplificar o Sistema Tributário Nacional, evitando a bitributação e a esquizofrênica variação de alíquotas e isenções, criando ambiente propício à geração de riquezas e atração de investimentos?

Precisamos de uma Assembleia Constituinte exclusiva porque o povo brasileiro exige mudanças e indica caminhos absolutamente diferentes dos atuais – o caminho que a população propõe é o do compromisso com valores éticos e com o Brasil. Precisamos de uma Assembleia Constituinte exclusiva porque podemos estabelecer que quem dela participar fique automaticamente impedido de exercer cargos públicos ou eletivos por pelo menos dez anos – e esta é uma necessária salvaguarda contra o corporativismo, o fisiologismo e a demagogia.

Admito que a proposta seja mesmo ambiciosa, utópica, polêmica e controversa, mas, também estou convencido de que não podemos nos omitir, não podemos deixar de tentar. A sociedade brasileira deve decidir se devemos avançar ou não. O que o Brasil nos pede é que sejamos ambiciosos em nossos compromissos com o país, que sejamos ousados em nossas propostas, que não nos curvemos diante dos primeiros obstáculos e dificuldades e que jamais abduquemos dos nossos sonhos e de nossas utopias.

OLAVO MACHADO é presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG.